

AGENDA CNE: REUNIÃO COM PARLAMENTARES PARA APRESENTAR PROPOSTAS DOS TRABALHADORES A MP 579 E ATO EM DEFESA DA CHESF EM RECIFE

O Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) realizará uma série de atividades em Brasília na próxima semana, dias 30, 31 e 1º de novembro. Na terça-feira durante a manhã será realizada reunião preparatória da Plataforma Operária e Camponesa para o encontro com parlamentares para discutir as emendas propostas pela FNU e o CNE a MP 579. Na quarta-feira, será realizada nova visita aos gabinetes dos deputados para apresentar através de material impresso nossas propostas. No dia 1º de novembro, quinta-feira, o CNE estará presente ao grande ato em defesa da Chesf em Recife junto com os trabalhadores e trabalhadoras da empresa e os sindicatos.

A posição da FNU e do CNE tem sido muito objetiva desde a apresentação da MP 579, somos totalmente a favor da redução das tarifas, com percentual maior para os consumidores residenciais, com relação à renovação das concessões consideramos uma iniciativa imprescindível, mas não da forma onerosa para as empresas como foi apresentada pelo Governo Dilma. Não aceitamos em hipótese alguma que empresas da importância da Chesf, Furnas dentre outras tenham sua sobrevivência ameaçada. Isso seria uma catástrofe em todos os sentidos, para os trabalhadores que perderiam seus postos de trabalho, para todas as regiões no que tange o desenvolvimento econômico e social e consequentemente para o país com a possibilidade até mesmo da falta de energia.

O Governo não deve desperdiçar os fundamentos aplicados no auge da crise pelo presidente Lula que foi de apostar nas empresas estatais, como a Caixa, BNDES, Banco do Brasil, em instrumentos estratégicos para alavancar o crescimento econômico nacional. Enfraquecer o sistema elétrico

será um tiro no pé, já vimos filme esse com FHC que resultou nos apagões e a estagnação econômica dos anos 90.

É importante lembrar que a FNU propôs cinco emendas à MP 579 que trata da renovação das concessões e da redução das tarifas de energia elétrica. As emendas foram encaminhadas no dia 18 de setembro ao Congresso Nacional.

Uma emenda foi encaminhada pelo Deputado Federal Fernando Ferro (PT-PE) e sugere a alteração do 1º parágrafo do artigo 25 da Lei 8987/95, que trata da contratação de serviços terceirizados. A emenda sugere o fim da terceirização de atividades inerentes e complementares pelas concessionárias.

As outras quatro emendas encaminhadas pelo Deputado Federal Padre João (PT-MG) tratam da alteração dos parágrafos da MP 579 que dispõem sobre o número de vezes possíveis de renovação das concessões. A emenda sugere que as concessões possam ser renovadas mais de uma vez e não uma única vez como está na atual redação da MP.

No dia 17 de outubro o CNE entregou no Palácio da Alvorada as emendas propostas para a MP 579 ao Ministro Gilberto Carvalho e o Diretor Geral da Aneel, Nelson Hubner. Essa articulação é importante, pois demonstra que os trabalhadores estão mobilizados e principalmente tem propostas concretas para aperfeiçoar a MP, que foi editada sem ao menos uma consulta as entidades sindicais que representam os trabalhadores do setor elétrico.

O CNE convoca todos os companheiros e companheiras para participarem das atividades dos dias 30 (**Audiência com parlamentares**), 31 (**visitação aos gabinetes na câmara para convencimento**) e 1º de novembro (**Ato em defesa da Chesf em Recife**). Não podemos nos calar jamais, pois o que está em jogo é o futuro das empresas, dos empregos gerados e do país. Venha participar dessa luta!

Apagão em nove estados: Esse é o modelo em que o governo acredita?

O apagão que atingiu nove estados do Nordeste desde o final da noite de quinta-feira (25) e início da madrugada desta sexta (26) mostra que o modelo adotado por empresas privadas no setor de energia, neste caso a TAESA, é muito frágil. Essa condição se dá porque os empresários simplesmente ignoram a NR10, ou seja, não existe operador nestas estações, quando acontece algum fato mais grave não está presente um profissional para contornar uma emergência. É importante lembrar que o responsável pela subestação mais próxima da TAESA fica em São Paulo.

O Governo por sua vez vem sendo conivente com esse procedimento das empresas privadas, não faz valer a lei. Nas entrevistas concedidas o tom adotado diante da falha

de uma empresa privada é mais suave, se o mesmo fato acontecesse com uma empresa estatal o discurso da ineficiência seria repercutido com força nos grandes meios de comunicação, com manchete em todos os jornais e nas chamadas da TV.

Será que neste caso a ANEEL vai aplicar alguma multa ou medida severa a empresa TAESA? Vamos aguardar.

O fato e as experiências mostram que desprezar o trabalho dos operadores já se mostrou um erro que gera graves consequências para a população, mas mesmo assim empresas do Sistema Eletrobras querem levar a frente iniciativas assim, como a Eletrosul. Será que é este modelo que o governo acredita? Os trabalhadores certamente não.